

Dados quantitativos e estrutura física das escolas rurais do Distrito Federal em 1969

Quantitative data and physical structure of rural schools in the Federal District in 1969

Datos cuantitativos y estructura física de las escuelas rurales del Distrito Federal en 1969

Juarez José dos Anjos¹

DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v31i71.2158>

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar alguns dados quantitativos e a estrutura física das escolas rurais do Distrito Federal no ano de 1969, tendo como fonte um diagnóstico elaborado pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan). Num primeiro momento, de forma intencional, o diagnóstico da Codeplan revela a existência de escolas rurais no Distrito Federal desde sua criação, num movimento de expansão numérica dessas instituições, apesar de as populações do campo representarem somente uma pequena parcela dos moradores da unidade da federação. Porém, numa leitura mais aprofundada dessas informações e, especialmente, pela comparação com as escolas urbanas, emerge, aos olhos do historiador, o diagnóstico de uma escola rural atravessada por inúmeras desigualdades, expressas na situação de posse dos prédios onde estas funcionavam, precariedade no fornecimento de energia elétrica e água encanada, pouco espaço para as salas de aula e adoção de carteiras escolares duplas em vez das individuais, que eram consideradas mais modernas e adequadas. Ademais, a maioria dessas escolas funcionava de forma multisseriada, o que certamente também impunha desafios de ordem pedagógica.

Palavras-chave: história da educação; escolas rurais; Distrito Federal.

Abstract: This article aims to analyze some quantitative data and the physical structure of rural schools in the Federal District in 1969, using as a source a diagnosis carried out by the Central Plateau Development Company (Codeplan). Initially, intentionally, the Codeplan diagnosis reveals the existence of rural schools in the Federal District since its creation, in a movement of numerical expansion of these institutions, despite the fact that rural populations represent only a small portion of the inhabitants of the federative unit. However, in a more in-depth reading of this information and, especially, by comparison with urban schools, the diagnosis emerges, in the eyes of the historian, of a rural school riddled with numerous inequalities, expressed in the ownership of the buildings where they operated, precariousness in the supply of electricity and running water, little space for classrooms, and the adoption of double school desks instead of individual ones, which

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

were considered more modern and adequate. Furthermore, most of these schools operated in a multi-grade format, which certainly also imposed pedagogical challenges.

Keywords: history of education; rural schools; Federal District.

Resumen: Este artículo busca analizar algunos datos cuantitativos y la estructura física de las escuelas rurales del Distrito Federal en 1969, utilizando como fuente un diagnóstico realizado por la Compañía de Desarrollo del Altiplano Central (Codeplan). Inicialmente, el diagnóstico de Codeplan revela la existencia de escuelas rurales en el Distrito Federal desde su creación, en un movimiento de expansión numérica de estas instituciones, a pesar de que las poblaciones rurales representan solo una pequeña porción de los habitantes de la unidad federativa. Sin embargo, al profundizar en esta información y, especialmente, al compararla con las escuelas urbanas, el diagnóstico emerge, a ojos del historiador, de una escuela rural plagada de numerosas desigualdades, expresadas en la propiedad de los edificios donde operaban, la precariedad en el suministro de electricidad y agua corriente, el escaso espacio para las aulas y la adopción de pupitres dobles en lugar de individuales, considerados más modernos y adecuados. Además, la mayoría de estas escuelas operaban en formato multigrado, lo que, sin duda, también impuso desafíos pedagógicos.

Palabras clave: historia de la educación; escuelas rurales; Distrito Federal.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, multiplicaram-se no Brasil os estudos sobre a história da educação rural. Atestam essa efervescência de pesquisas a contínua publicação de obras coletivas (Werle, 2007, 2010; Lima; Musial, 2016; Werle; López; Triana, 2018; Souza-Chaloba; Celeste Filho; Mesquita, 2020) e de dossiês temáticos em periódicos da área de história da educação (Werle, 2011; Souza; Ávila, 2014; Souza-Chaloba; Lima, 2023). Fazendo um balanço de parcela dessa produção, Rosa Fátima Souza-Chaloba reforça que esses estudos vêm tratando de novas temáticas, “[...] dando ênfase à educação formal, especialmente à escola primária, à formação, memória e práticas de professores” (Souza-Chaloba, 2023, p. 3).

Buscando contribuir com essa historiografia, o objetivo deste artigo é analisar alguns dados quantitativos e a estrutura física das escolas rurais do Distrito Federal no ano de 1969, tomando por fonte um diagnóstico realizado pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan).

O sistema de ensino do Distrito Federal — em especial da capital federal, Brasília — planejado pelo educador Anísio Teixeira, pode ser caracterizado como um sistema escolar urbano². Nas zonas rurais, adotou-se primordialmente o

² Sobre o sistema de ensino de Brasília, ver Chahin (2018) e Anjos (2022a).

modelo de escola primária de mestre único, embora também com variações, havendo registros de escolas de dois a quatro professores, ainda que mais raras, inseridas em um planejamento agrícola e não educacional. Essas escolas rurais foram pensadas para funcionar com outros equipamentos públicos (como agência de Correios, hospital, igrejas, etc.) de que seriam dotadas as Unidades Socioeconômicas Rurais (Derntl 2020), que formariam o cinturão verde de abastecimento da nova capital e de suas cidades satélites.

Na prática, essas Unidades Socioeconômicas Rurais não chegaram a ser completamente implantadas (Derntl, 2020), mas, ao longo da década de 1960, os núcleos rurais efetivamente instalados seguiram algumas diretrizes desse planejamento rural, mantendo, em especial, a escola primária como instituição necessária à educação dos filhos dos agricultores, visando à sua fixação às terras que estavam sob responsabilidade de seus pais, com vistas ao desenvolvimento agrário do Distrito Federal.

A historiografia da educação sobre Brasília, porém, ainda não deu atenção a esse tipo de instituição escolar, focando-se, sobretudo, nas escolas da zona urbana (ver, por exemplo, Pereira *et al.* [2011, 2018]) e, mais recentemente, em algumas experiências educacionais em cidades satélites (como feito por Venturelli e Anjos [2023])³. Também a historiografia da educação rural, em pleno desenvolvimento no Brasil, não abarcou nos estudos comparados e coletâneas publicadas na última década a história das escolas rurais do Distrito Federal, razão pela qual tem-se lançado um olhar especial sobre elas no interior de um projeto de pesquisa atualmente em desenvolvimento⁴.

Criada em 1964, a Codeplan iniciou sua atuação em 1966, com a tarefa de produzir informações de natureza socioeconômica (Codeplan, 2026) necessárias ao planejamento das políticas públicas do Distrito Federal. Foi dentro desse escopo de atuação que, ao longo do ano de 1969, realizou um diagnóstico sobre o setor educacional dessa unidade da federação, por meio de questionários enviados às

³ Uma exceção é o trabalho de Guilherme França (2020), que investigou as duas primeiras escolas da cidade de São Sebastião e descobriu serem elas escolas rurais. Porém, esse aspecto em particular não foi o foco do seu estudo.

⁴ Trata-se do projeto de pesquisa “Uma história das escolas rurais do Distrito Federal (1960-1971)” desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Profissional) da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

escolas e dados coletados junto ao setor de pesquisas da Coordenação de Ensino Primário (Codeplan, 1970). Os resultados, publicados em 1970, oferecem um registro de como estava organizado o sistema educacional local no ano anterior, abrangendo escolas públicas e privadas, urbanas e rurais, de ensino primário e secundário. Daí sua relevância para esse estudo, na medida em que, no que nos interessa, permite um olhar transversal sobre as escolas rurais do Distrito Federal.

Em termos teórico-metodológicos, realizou-se uma leitura integral do Diagnóstico, na qual foram sendo fichadas as referências às escolas rurais (que apareciam ora individualizadas, ora misturadas às das escolas urbanas). Numa segunda leitura, a contrapelo (Benjamin, 1987), as ocorrências selecionadas foram agrupadas em duas grandes categorias temáticas: dados quantitativos sobre as escolas rurais e elementos sobre sua estrutura física. Embora os dados coletados digam respeito ao que foi observado num momento específico — o ano de 1969 — concordo com Carlos Ginzburg (1991, p. 34) que, “na seção transversal de qualquer presente, estão incrustados também muitos passados” de modo que o “instantâneo” produzido pelo Codeplan sobre as escolas rurais pode ser tomado como o resultado de um processo histórico mais amplo dessas instituições, desde quando começaram a ser implantadas no Distrito Federal até o momento em que tal experiência foi registrada pelos técnicos daquele órgão de governo. Tal qual um acontecimento, esse “instantâneo” da realidade pode vir a “iluminar e revelar culturas e conflitos de uma época” (Le Roy Ladurie, 2002, p. 385), não só do momento específico em que foi produzido.

A narrativa historiográfica divide-se em três partes. As duas primeiras são dedicadas a cada uma das categorias temáticas acima elencadas. A terceira e última parte apresenta algumas considerações, a modo de conclusão.

2 DADOS QUANTITATIVOS DAS ESCOLAS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

Um primeiro aspecto que chama a atenção no diagnóstico da Codeplan é a sua preocupação em produzir números sobre a educação no Distrito Federal. Trata-se de um enfoque estatístico, para cuja análise o alerta de Natália de Lacerda Gil permanece válido, já que

[...] investigar a imagem da escola expressa nas estatísticas educacionais obriga a assumir que estas não constituem um instrumento objetivo de apreensão da realidade escolar. Permitem ver, no entanto, a disputa de re-

apresentações sobre a instituição escolar travada entre diferentes segmentos da elite intelectual e política [...]. Assumindo-se a representação do real como elemento intrínseco à sua constituição, as estatísticas são tomadas, não como ferramenta a permitir sua adequada visualização, mas sim como elemento participante de sua composição (Gil, 2009, p. 357).

Considera-se, assim, que ao quantificar as escolas rurais do Distrito Federal, a Codeplan produziu uma representação — “esquemas intelectuais incorporados que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (Chartier, 2002, p. 17) — sobre a realidade em que estavam inseridas, dando a entrever suas condições de existência, bem como as necessidades de futuras intervenções de que poderiam ser objeto por parte do setor educacional, que as tinha sob sua alçada. Que representação do real foi, nesses termos, produzida?

Inicialmente, o diagnóstico especifica a composição da escola rural no Distrito Federal: “Na zona rural, funcionam as escolas agrupadas, com o máximo de duas salas e duas a quatro classes, e as escolas de classe única, nas quais o professor tem também atividades de natureza administrativa” (Codeplan, 1970, p. 29).

Enquanto as escolas urbanas do Distrito Federal contavam com ao menos quatro salas funcionando em dois ou até três turnos (Codeplan, 1970), as escolas rurais eram estabelecimentos com no máximo duas salas (nas quais funcionariam até quatro classes, desdobradas em dois turnos) ou então escolas de mestre único, nas quais o professor não apenas desenvolvia atividades pedagógicas, mas também atividades de cunho administrativo. Nesse aspecto, o sistema de ensino de Brasília — que, na prática, acabou por incorporar as escolas rurais não planejadas — reproduziu o que ocorria em outras partes do país: uma diversidade de modelos de organização escolar adaptados às necessidades locais das comunidades rurais (Sá; Carvalho; Assis e Silva, 2018; Souza-Chaloba, 2023).

A situação acima descrita, em grande parte no caso do Distrito Federal, deveu-se à rarefação da população em idade escolar na zona rural, ao contrário da superpopulação nas áreas urbanas, que obrigava o sistema a adotar até mesmo três turnos escolares, ao arrepio da proposta de educação integral que estava na base do modelo de educação pública planejado por Anísio Teixeira. Isso é evidenciado pelo diagnóstico, quando revela que

As localidades urbanas do Distrito Federal absorveram a quase totalidade do número de matrículas verificado em 1969 (95,5%), o que é bastante coerente, pois, em termos de repartição populacional, apenas 5,3% dos habitantes residem em áreas rurais (Codeplan, 1970, p. 43).

A escola rural no Distrito Federal, assim, era pensada para o atendimento de uma pequena parcela da população, dentro de um sistema de ensino que era majoritariamente urbano. Numericamente, a estatística oficial das matrículas era a seguinte: “Em 1969, de 67.095 alunos matriculados no ensino primário, 3.006 crianças frequentavam escolas na zona rural” (Codeplan, 1970, p. 47), distribuídas tanto em escolas agrupadas quanto em escolas de mestre único.

Outra dimensão abordada pelo diagnóstico é a evolução do número de escolas e de salas de aula das escolas rurais do Distrito Federal. Embora no documento da Codeplan os dados sejam trazidos em separado, no quadro abaixo, buscou-se reuni-los para uma leitura própria (Quadro 1).

Quadro 1 – Evolução do número de escolas e salas de aula na zona rural do Distrito Federal (1960-1969)

Ano	Número de escolas	Número de salas de aula
1960	01	01
1961	05	12
1962	10	22
1963	14	29
1964	22	49
1965	29	69
1966	33	75
1967	38	86
1968	39	87
1969	41	93

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Codeplan (1970)

Conforme o quadro acima, em todos os anos, foi registrado um aumento no número de escolas rurais no Distrito Federal, com uma diminuição no ritmo de expansão a partir de 1967. Se em 1960 havia somente uma escola rural de mestre único, em 1969 a cifra chegava a 41, com 93 salas de aula (com um ou mais professores). No geral, o que esses números sugerem é que houve, no período analisado, uma preocupação constante em ofertar escolarização à população

rural, o que se evidencia pelo aumento contínuo do número de escolas e salas de aula. A aparente diminuição identificada nos três últimos anos da série pode ser devida tanto ao fato de o atendimento estar sendo suficiente quanto a alguma mudança na política de educação rural praticada nessa unidade da federação. São, contudo, hipóteses, cujos dados obtidos no diagnóstico permitem enunciar, mas não confirmar.

Mais um dado quantitativo sobre as escolas rurais do Distrito Federal diz respeito à sua localização, isto é, à sua distribuição espacial pelo território, sintetizada no Quadro 2:

Quadro 2 – Distribuição geográfica das escolas rurais do Distrito Federal

Região	Número de escolas
Brazlândia	3
Paranoá	3
Jardim	3
Taguatinga	4
Gama	6
Sobradinho	6
Planaltina	7
Brasília	9

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Codeplan (1970)

Conforme o quadro acima, a maior parte das escolas rurais do Distrito Federal — excetuando-se a capital, com 9 escolas em seus arredores — estava localizada nas então cidades-satélites, em sua maioria, criadas no decorrer do processo de construção da nova capital, para moradia dos operários e trabalhadores dos setores de serviço de Brasília. Eram escolas, assim, duplamente populares: atendiam à população que vivia em regiões de menor poder aquisitivo e, mais especificamente, a filhos de agricultores, responsáveis pelo abastecimento de toda a região.

Brazlândia, Paranoá e Jardim contavam com três escolas rurais cada; Taguatinga, quatro e Gama e Sobradinho, seis, enquanto Planaltina, a mais antiga cidade do Distrito Federal, anterior inclusive à construção de Brasília, estava equipada com sete escolas rurais. Essas escolas, de modo geral, localizavam-se nas

áreas rurais das cidades-satélites, a distâncias variáveis — mas consideráveis — dos centros urbanos, o que impunha dificuldades ao trabalho dos professores que nelas estavam lotados. Essas questões, porém, de momento, não são abordadas no Diagnóstico da Codeplan, mais preocupado em demonstrar numericamente a existência de escolas rurais do que em evidenciar as efetivas possibilidades e impossibilidades de seu funcionamento.

Um último dado de caráter quantitativo produzido pela Codeplan diz respeito à situação de posse dos prédios onde funcionavam as escolas rurais do Distrito Federal:

Nas áreas urbanas, 90% dos prédios são próprios (da CEP), 9% são cedidos e 1% alugado. Já na zona rural, a participação dos prédios cedidos é maior: 16 prédios ou 39%, sendo que a CEP utiliza-se de cinco edificações pertencentes a particulares, de 6 do governo federal e de 5 de outros órgãos do complexo administrativo do GDF (Codeplan, 1970, p. 109).

Samira Bueno Chahin (2018), ao estudar a arquitetura das escolas primárias de Brasília, já observou que o plano de construção escolar de Anísio Teixeira foi rapidamente abandonado, dando lugar a edificações de caráter emergencial e transitório, até que escolas em alvenaria estivessem definitivamente instaladas. Quase uma década depois, o diagnóstico da Codeplan revela as consequências desse processo histórico: nas áreas urbanas, 90% dos prédios eram de propriedade da coordenação de ensino primário; 9% cedidos e 1% alugados. Nas áreas rurais, porém, a situação era inversa: 39% dos prédios eram cedidos, fosse por outros órgãos do governo ou até mesmo de particulares.

A imagem que se depreende desses dados é a de desigualdade: enquanto as escolas urbanas funcionavam, em sua maioria, em edifícios próprios, apenas 61% das escolas rurais contavam com prédios próprios. Parte significativa delas, 39%, só existia por conta de arranjos entre o poder público e particulares, sendo possível caracterizá-las como escolas de emergência, criadas até mesmo de forma improvisada para atender à demanda por educação das populações rurais. Nesse ponto, a nova unidade da federação se encontrava em situação semelhante à de outros estados, nos quais o quadro descrito por Elizabeth Sá e Marineide Silva era bastante frequente:

Nas áreas rurais, a situação era adversa daquela das áreas urbanas. Como se localizavam distantes dos centros urbanos e de difícil acesso, o descaso por

parte do poder público atingia tanto a organização pedagógica das escolas, como as condições estruturais mínimas para o desempenho da docência. Problemas como baixos salários, alojamentos insalubres e instabilidade no emprego afligiam o corpo docente e, em muitos casos, os professores dependiam somente da colaboração da comunidade para permanecer nas áreas rurais (Sá; Silva, 2014, p. 63).

Essa contradição, embora sinalizada no diagnóstico da Codeplan, não é problematizada, restando como um dado que deveria ser futuramente encarado pelos setores responsáveis pela gestão do ensino no Distrito Federal.

3 A ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

O tema da estrutura física das escolas rurais do Distrito Federal, presente no diagnóstico da Codeplan, nos remete ao interior da cultura material escolar dessas instituições,

[...] o repertório de elementos materiais (como edifícios, espaços arquitetônicos, móveis) e pedagógicos (os materiais escolares diversos e específicos, que variam conforme à época) necessários como suporte concreto para que o processo de escolarização aconteça (Anjos, 2024a, p. 269).

A “fatia” da cultura material dessas escolas dada a ver no diagnóstico, em particular, é aquela das condições em que se encontravam seus espaços arquitetônicos. Arquitetura que não é mero detalhe, mas, antes, como pondera Agustín Escolano,

[...] um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina, vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos (Escolano, 2001, p. 26).

Um primeiro dado relativo à estrutura física das escolas rurais do Distrito Federal abordado pelo diagnóstico da Codeplan é o do abastecimento de energia e água dessas unidades. Sobre o abastecimento elétrico, registra:

A quase totalidade (93,6%) das escolas primárias urbanas são servidas por energia elétrica (1,8 % de geradores e 91,8% da CEB). Já na zona rural, o percentual das escolas que contam com este serviço desce a 26,8%, isto

é, menos de $\frac{1}{3}$, dos quais 2,4% fornecido pela CEB e 24,4% por geradores (Codeplan, 1970, p. 103).

Materialmente, em termos de abastecimento elétrico, as escolas rurais eram desiguais e menos atendidas que as escolas urbanas. Enquanto nessas últimas 93% eram servidas de energia, seja por geradores, seja pela Companhia de Energia de Brasília (CEB), nas primeiras o índice caía para 26,8%. Sendo a boa iluminação um aspecto tido por essencial para o funcionamento da escola moderna, desde pelo menos meados do século 19, como demonstram as teses médicas estudadas por José Gondra (2004), podemos inferir que esse desabastecimento certamente comprometia a qualidade da educação ofertada pelas escolas da zona rural do Distrito Federal, especialmente em dias de menor luminosidade natural, podendo acarretar problemas na saúde ocular dos estudantes, como já lamentavam os médicos brasileiros do Oitocentos (Gondra, 2004) e aos quais poderiam fazer coro os esculápios dos anos sessenta brasiliense.

Diante desse quadro literalmente sombrio que a falta de energia elétrica trazia às escolas rurais, o diagnóstico faz uma interessante observação, quase como que minimizando a situação encontrada:

Aparentemente, a ausência de energia elétrica não representa limitação de grande importância, dado que as escolas rurais costumam funcionar somente durante o dia. Torna-se, contudo, obstáculo a uma possível implantação de cursos noturnos de alfabetização, bem como à utilização de equipamentos que necessitem de eletricidade, mormente nas escolas rurais de Sobradinho e Jardim que não dispõem de qualquer tipo de energia (Codeplan, 1970, p. 107).

Os técnicos da Codeplan consideram menos grave a constatação da falta de abastecimento elétrico das escolas rurais pelo fato destas funcionarem somente durante o dia! Desconsiderando outros aspectos — como a iluminação natural que poderia ou não haver nessas escolas, que, como vimos na seção anterior, eram em grande parte cedidas para usos escolares, mas não planejadas para essa finalidade —, classificam o desabastecimento elétrico como um mal menor. Um agravante que viam era a oferta de cursos noturnos de alfabetização, outra função educativa que se esperava que esse tipo de escola viesse a cumprir no quadro da educação pública do Distrito Federal. Ademais, impedia que equipamentos considerados modernos, como rádio, projetores e toca-discos, pudessem ser utilizados nas aulas pelos professores, comprometendo, assim, parte das estratégias didáticas de que

poderiam se valer no trabalho pedagógico. Situação ainda mais séria nas escolas das regiões de Sobradinho e Jardim, “que não dispõem de qualquer tipo de energia”. Como se nota, os próprios exemplos trazidos no diagnóstico não sustentam a minimização que este queria fazer da situação encontrada nas escolas rurais.

No tocante aos serviços de abastecimento de água, os técnicos da Codeplan observaram:

Quanto aos serviços de água, 76% das escolas primárias possuem água encanada (na zona urbana 94,5% e na zona rural 26,8%). Setenta e três por cento das escolas rurais utilizam água proveniente de poços [...].

São servidas por rede de esgoto apenas as escolas localizadas nas áreas urbanas do Plano Piloto (Região Administrativa Brasília), Taguatinga e Sobradinho. Na Região Administrativa Jardim, as escolas não dispõem de água encanada e energia, não sendo conhecida informação quanto a esgoto ou fossa (Codeplan, 1970, p. 107).

A oferta de água potável era outro elemento *sine qua non* para o funcionamento da rede escolar no Distrito Federal. De novo, a desigualdade entre escolas urbanas e rurais é patente: enquanto 94,5% das classes escolares da cidade contavam com água encanada, apenas 26,8% das rurais dispunham desse benefício. O restante das escolas rurais (73%) dependia de poços para serem abastecidas. Quanto à rede de esgoto, a situação era ainda mais complexa: somente as escolas urbanas eram dotadas dessa benfeitoria, fator básico de higiene pública. Havia escolas, como as da região do Jardim, que não possuíam nem luz nem água encanada — e talvez nem esgoto nem fossa. Da realidade encontrada pelo diagnóstico, emerge a imagem de uma escola que compartilhava das mesmas limitações higiênicas que as populações às quais atendia: falta de saneamento básico, que deveria ser garantido pelo poder público.

De que materiais eram construídas as escolas rurais do Distrito Federal? É um ponto que não passou despercebido pela Codeplan. Segundo seu diagnóstico, “[...] em março de 1969, 40 escolas rurais eram de alvenaria e 1 era de pau-a-pique” (Codeplan, 1970, p. 108). Aqui, a situação era mais favorável às escolas rurais. Digo favorável porque, como tem evidenciado a historiografia da educação brasileira, foi comum, ao longo da década de 1960, a abertura de escolas a título precário, funcionando até mesmo em barracões insalubres, como, por exemplo, um jardim de infância localizado na zona urbana de Brasília (Pinto; Müller; Anjos, 2020).

Ao menos no momento flagrado pelos técnicos da Codeplan, as escolas rurais funcionavam em edifícios de alvenaria, o que possivelmente protegia os escolares das intempéries do período chuvoso, comuns durante metade do ano no Planalto Central. Mas a existência de uma escola de pau-a-pique permite formular uma hipótese: seria essa uma escola provisória, à espera de ser definitivamente provida de um edifício de alvenaria? Em caso positivo, será que as demais escolas de alvenaria, em 1969, não tiveram também passados de imprevisto e de construção em materiais mais frágeis e precários?

Dados colhidos no *Distrito Federal*, Diário Oficial de Brasília, sustentam tal hipótese, ao revelar que o Conselho de Educação local, no ano seguinte à publicação do Diagnóstico, com frequência autorizava o funcionamento de escolas rurais em barracões de madeira, na espera de que, posteriormente, tivessem suas instalações melhoradas, fosse pela comunidade, fosse pelo poder público (Distrito Federal, 1971 [Anjos, 2023]). Ou seja: a constatação de que as escolas rurais no momento do diagnóstico eram em sua maioria de alvenaria não descarta outros arranjos materiais empregados na sua edificação em momentos anteriores e posteriores.

Sobre a distribuição do espaço físico das escolas rurais, a Codeplan teceu as seguintes considerações:

Não há diretriz que padronize o dimensionamento das diversas dependências dos prédios escolares do Distrito Federal, quer em localidades urbanas ou rurais. Salvo deficiências de informação estatística básica, algumas discrepâncias observadas na destinação das áreas dos prédios chamam a atenção: as escolas rurais da região Brasília têm áreas destinadas à habitação quase duas vezes superior às ocupadas por salas de aula [...]; no Gama, as áreas ocupadas pela administração são, percentualmente, nas escolas rurais, vinte e quatro vezes superiores a de Sobradinho e nas urbanas, 3 vezes [...] (Codeplan, 1970, p. 116).

Antes de analisarmos a distribuição do espaço identificada nas escolas rurais do Distrito Federal, tenhamos presente o que observa Antonio Viñao Frago (2001, p. 106):

[...] a disposição e distribuição interna dos espaços escolares [...] reflete não apenas que funções ou atividades são consideradas relevantes até o ponto em que se deva reservar, a elas, um lugar próprio, como ainda, o papel desempenhado por cada uma delas e suas relações entre si, incluindo entre esses lugares, certamente, a sala de aula.

Como se nota, a definição de como o espaço interno do edifício escolar deve ser distribuído não é algo natural, mas resultado de determinadas concepções educativas que têm o espaço físico como lugar de sua materialização. Voltando aos técnicos da Codeplan, segundo eles, não havia uma diretriz que padronizasse essa questão no Distrito Federal. Em verdade, Anísio Teixeira (1961), no seu plano de construções escolares, apresentara algumas diretrizes que foram, inclusive, apreciadas por arquitetos leitores de revistas especializadas, como a *Módulo*, no princípio da década⁵. Mas o fato é que: 1) rapidamente tais diretrizes foram abandonadas em busca de soluções mais simples, imediatas e econômicas (Chahin, 2018); 2) essas diretrizes eram, como já dito no início desse artigo, pensadas para escolas urbanas, pouco tendo a dizer aos modelos de escola rural que vieram a ser efetivamente implantados no Distrito Federal. Ao que parece, foram a prática e a necessidade que ditaram como essa questão seria resolvida nas escolas rurais, cujo resultado foi o que o diagnóstico acabou por encontrar.

Boa parte das escolas rurais das regiões de Brasília, Gama e Sobradinho (três das oito regiões com esse tipo de escola no Distrito Federal) não tinha, na sala de aula — coração da escola —, a sua repartição principal. Eram as áreas de habitação e de administração as que consumiam a maior metragem dessas instituições. Se a distribuição do espaço, como ensina Antonio Viñao, nos fala de prioridades, fica claro que havia duas preocupações principais no cotidiano dessas escolas: garantir alojamento ao professor e espaço para as atividades burocráticas.

A questão do alojamento, de fato, era um ponto importante, pois, devido à distância entre as escolas e a sede da capital, ter um professor que morasse no local era fundamental para garantir o bom funcionamento das aulas e era, inclusive, ponto regrado no sistema de ensino de Brasília. Mais que isso: a permanência do professor na comunidade era vista como forma de ajudá-lo a se inserir na vida daquela coletividade, tornando-se, para eles, ponto de referência não só educativa, mas social.

Já o espaço administrativo, que, em boa parte das escolas, era desempenhado pelo próprio professor, em razão da ausência de pessoal (Codeplan, 1970), pode significar a preocupação existente com o registro e o controle da vida escolar

⁵ Além das propostas de Anísio Teixeira, o projeto da Escola-Classe 114 Sul, de autoria do arquiteto Wilson Reis Netto, considerado inovador e modelar, também foi publicado nessa mesma revista. Ver a respeito Anjos (2024b).

dos estudantes, cuja escrituração era uma das responsabilidades do professor rural, e cuja boa ordem atestaria a eficácia do ensino e o correto funcionamento da instituição, apesar de todas as outras idiossincrasias que pudessem existir nessas escolas. Por fim, a sala de aula, onde efetivamente ocorria o processo pedagógico, ficava no espaço sobrando e possível dentro do arranjo arquitetônico que a prática acabou adotando nas escolas rurais dessas três regiões do Distrito Federal. Mas as salas de aula não foram esquecidas. O diagnóstico também se ocupou de mapear a situação das carteiras escolares nelas existentes. Segundo os técnicos da Codeplan,

Na zona urbana, 84% dos lugares referem-se a carteiras individuais, enquanto que no meio rural esse percentual desce a 52%; somente as escolas rurais das regiões Brasília, Gama e Paranoá possuíam maior quantidade de carteiras individuais que duplas. Nas escolas rurais das demais regiões, a maioria das carteiras é de dois lugares [...] (Codeplan, 1970, p. 124).

A questão do modelo das carteiras escolares nos remete a um conhecido capítulo da história material da escola. Desde o século 19, médicos, educadores e arquitetos discutiam sobre qual seria o melhor tipo de carteira: a de um ou dois lugares (Alcântara, 2014; Anjos, 2022b). Advogando a favor da maior racionalidade e do aproveitamento dos alunos — assim como da disciplina e do controle de corpos —, o modelo individual, tal qual o conhecemos hoje, despontou como o mais adequado e moderno, tornando-se o tipo que deveria ser preferencialmente adotado. Na Brasília nos anos 1960, contudo, era uma questão ainda controversa, particularmente nas escolas rurais: enquanto na zona urbana 84% dos móveis dos alunos eram individuais, favorecendo o conforto e o uso privado do móvel, na zona rural o índice caía para 52%.

Além disso, nessas escolas conviviam os dois tipos de carteira, acomodando de um a dois alunos, o que certamente trazia desafios ao professor, que, via de regra, tinha em sua turma alunos de diferentes idades e tamanhos, como era o padrão das escolas de mestre único. Excetuando-se as escolas das regiões de Brasília, Gama e Paranoá, “nas escolas rurais das demais regiões a maioria das carteiras é de dois lugares”. Era, novamente, o retrato de uma sala de aula composta por diversidades e desigualdades, aquele pintado pelo diagnóstico da Codeplan, pela via do provimento material das escolas rurais do Distrito Federal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve por objetivo analisar alguns dados quantitativos e a estrutura física das escolas rurais do Distrito Federal no ano de 1969, tendo como fonte um diagnóstico elaborado pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan).

Num primeiro momento, de forma intencional, o diagnóstico da Codeplan revela a existência de escolas rurais no Distrito Federal desde sua criação, num movimento de expansão numérica dessas instituições, apesar de as populações do campo representarem somente uma pequena parcela dos moradores da unidade da federação. Porém, numa leitura mais aprofundada dessas informações e, especialmente, pela comparação com as escolas urbanas, emerge, aos olhos do historiador, o diagnóstico de uma escola rural atravessada por inúmeras desigualdades.

Pode-se afirmar que as desigualdades que marcaram a escola rural no Distrito Federal eram expressas na situação de posse dos prédios onde estas funcionavam, na precariedade no fornecimento de energia elétrica e água encanada, no pouco espaço para as salas de aula e na adoção de carteiras escolares duplas em vez das individuais, que eram consideradas mais modernas e adequadas. Ademais, a maioria dessas escolas funcionava de forma multisseriada, o que certamente impunha também desafios de ordem pedagógica.

Do conjunto das evidências fornecidas pelo Diagnóstico da Codeplan, pode-se concluir que a situação das escolas rurais no Distrito Federal, em 1969, era crítica, em que pesem os esforços despendidos no sentido de oferecer esse tipo de escolarização às populações do campo que formavam o cinturão verde da nova capital. Até que ponto essas desigualdades afetaram o funcionamento e o rendimento desse tipo de escola é uma questão que merece estudos, nos desdobramentos futuros do projeto de pesquisa do qual este artigo apresenta resultados parciais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações* (São Paulo, 1874-1914). 2014. 339f. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. As carências materiais das escolas-classe de Brasília no jornal Correio Braziliense (1961-1969). *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 15, n. 44, p. 267-282, 2024a.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A defesa da conservação do edifício da Escola-Classe 114 Sul em Brasília nas colunas da jornalista Yvonne Jean (1962-1969). *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 37, n. 60, p. 15-24, jun. 2024b.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O diário oficial do Distrito Federal como fonte para a história da educação (1967-1971). *Roteiro*, Joaçaba, v. 48, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v48.32659>

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Inep e o planejamento do sistema público de ensino de Brasília nos anos 1950. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 103, n. 263, p. 87-94, jan./abr. 2022a.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Gustavo Alberto: “invenção” e circulação da primeira carteira escolar patenteada no Brasil (1881-1884). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, p. 1-17, 2022b.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. [*Obras escolhidas I*]. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-234.

CHAHIN, Samira Bueno. *Cidade nova, novas escolas?* Anísio Teixeira, Arquitetura e Educação em Brasília. 2018. 244p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

CODEPLAN. Página inicial. *Codeplan*, Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/>. Acesso em 12 fev. 2026.

CODEPLAN. *Diagnóstico do setor de Educação do Distrito Federal*. Brasília: GDF, 1970.

DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 28, p. 1-32, 2020.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. p. 19-58.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. p. 59-140.

FRANÇA, Guilherme Azevedo. *Levantamento de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião/DF (1959-1996)*. 2020. 271f. (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

GIL, Natália de Lacerda. A produção de números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em história da educação. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 341-358, 2009.

GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *O Carnaval de Romans*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva (Org.). *Histórias e memórias da escolarização das populações rurais*. Sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PEREIRA, Eva Waisros; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão (Org.). *Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória*. Brasília: Editora da UnB, 2018.

PEREIRA, Eva Waisros; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra; HENRIQUES, Cinira Maria Nóbrega; SOUZA, Francisco Heitor de Magalhães; ROCHA, Lúcia Maria da Franca (Org.). *Nas Asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília: Editora da UnB, 2011.

PINTO, Viviane Fernandes Faria; MÜLLER, Fernanda; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o Plano e o vivido: a inauguração de Brasília e dos jardins de infância. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 47, p. 292-313, 2020.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; CARVALHO, Carlos Henrique de; ASSIS E SILVA, Luciana Vicência do Carmo de. A escolarização da infância rural no espaço luso-brasileiro na

perspectiva da educação comparada (1935 a 1945). *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 27, n. 66, p. 951-972, set./dez. 2018.

SÁ, Elizabeth Figueiredo; SILVA, Marineide Oliveira da. O ruralismo pedagógico: uma proposta para organização da escola primária rural. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 23, p. 61-83, 2014.

SOUZA-CHALOPA Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (Org.). Representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, maio/ago. 2014.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de (Org.). *História e memória da educação rural no século XX*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de (Org.). História da formação e do trabalho de professoras e professores de escolas rurais (1940-1970). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 22, 2023.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima. Uma década de pesquisas sobre a história da educação rural no Brasil (2012 – 2022). *Revista História da Educação*, [S. l.], v. 27, e129565, 2023.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.

VENTURELLI, Luís Gustavo Ferrarini; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O cotidiano e as primeiras intervenções educativas na cidade do Guará (DF) pela ótica de duas professoras primárias (Meados da década de 1960 e 1970). *Faces de Clío*, Juiz de Fora, v. 9, n. 17, p. 127-146, 2023.

WERLE, Flávia Orbino Corrêa (Org.). Dossiê Educação Rural Apresentação. *Revista História da Educação – RHE*, Porto Alegre, v. 15, n. 35, set./dez. 2011.

WERLE, Flávia Orbino Corrêa (Org.). *Educação rural*. Práticas civilizatórias e institucionalização de formação de professores. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livros, 2010.

WERLE, Flávia Orbino Corrêa (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional*. Ijuí: Editora Unijuí; 2007.

WERLE, Flávia Orbino Corrêa; LÓPEZ, Oresta; TRIANA, Alba Nidia (Org.). *Educação rural na América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

Sobre o autor:

Juarez José Tuchinski dos Anjos: Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Faculdade de Educação e dos Programas de Pós-Graduação em Educação (Acadêmico e Profissional) da Universidade de Brasília (UnB). **E-mail:** juarezdosanjos@yahoo.com.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4677-5816>

Recebido em: 12/02/2026

Aprovado em: 01/04/2026

